

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

PATRIMÔNIO CULTURAL: MODOS DE VER E CONHECER

MARIA HELENA VERSIANI*

Este trabalho propõe um exame das inter-relações entre patrimônio museológico e pesquisa histórica. Como esses dois polos se articulam? Como, de modo geral, interagem no dia-a-dia das instituições museológicas? E qual o impacto dessa interação nos resultados sociais alcançados por essas instituições? Perseguir tais questões, a nosso ver, pode ajudar a iluminar certos aspectos do funcionamento e da gestão de museus fundamentais para a sua conformação como instituição produtora de conhecimento histórico.

Pretende-se desenvolver o tema tendo em consideração os museus de História públicos e especificamente duas questões, que são: a formação de acervos e o exercício da pesquisa histórica.

A primeira questão – formação de acervos – diz respeito ao fato de que a decisão de investir recursos públicos na formação de determinado acervo museológico supõe algum entendimento sobre o que deva ser preservado como legado do passado para o presente e o futuro. Ou seja, supõe algum entendimento sobre o que deva ser constituído como patrimônio cultural.

Essa questão pode ser abordada a partir da seguinte indagação: se todos os bens que integram o mundo constituem bens culturais, posto que todos estão indefectivelmente relacionados às diferentes maneiras de viver ao longo do tempo e do espaço histórico, por que alguns bens culturais são musealizados e outros não? O que determina que certos bens culturais sejam investidos de recursos públicos, preservados para as gerações futuras e valorizados como fonte de pesquisa e conhecimento, enquanto outros são descartados ou secundarizados?

Museus são espaços de representação do real, representação que se faz a partir de elementos que estão presentes no mundo, dentro de um jogo que articula presença e ausência. Esta é uma especificidade dos museus: representar o mundo por meio dos bens culturais que preservam e, desse modo, dar sentidos a esse mundo. Como diz Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2008: p. 28): “O museu é um espaço extraordinário de ficção, pois mobiliza formas para representar o mundo e assim permitir que dele possamos dizer alguma coisa”.

Como elementos de representação, os objetos que se tornam acervos museológicos não se definem mais por seu valor de uso, mas sim por seu valor sensorial, mobilizador de sentidos e de memórias, e por seu valor cognitivo, que nos ajuda a compreender como e por quem eram utilizados antes de se tornarem patrimônio cultural e quais as referências e experiências sociais, a partir deles, é possível acessar. Para que estejam disponíveis às gerações futuras,

* Pesquisadora do Museu da República/RJ e pós-doutoranda em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

equipes multidisciplinares são mobilizadas e uma série de investimentos e cuidados é destinada a esses acervos. Mas, permanece a questão: como se define, afinal, quais bens culturais devem ou não ser preservados em museus?

Tal definição, necessariamente, ocorre dentro do mundo das relações sociais, não raro envolvendo interesses políticos, econômicos e disputas, uma vez que o mundo das relações sociais é um campo de lutas. Nesse sentido, a decisão de formar determinado acervo público, e não outro, pode funcionar como um instrumento de luta política no campo da memória. Ou, como uma ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro.

Os estudos no campo do patrimônio cultural foram muito estimulados pelo debate em torno das inter-relações entre História, memória e acervo, o que, como bem lembra José Reginaldo Santos Gonçalves (1995), envolveu o aprofundamento da interlocução entre a Museologia e outras áreas do conhecimento. Especial destaque, nesse sentido, merecem alguns autores que discutem o lugar da memória como fonte e como objeto privilegiado da História. Entre eles, Michel Pollack (1989), Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), Henry Rousso (2001), Andréas Huyssen (2000 e 2005); Maurice Habwachs (2006) e Paul Ricoeur (2007), para citarmos alguns que oferecem boa base teórica para que se compreenda a memória como um trabalho de fabricação de passados e os acervos museológicos como um trabalho de construção de memórias.

Via de regra, os acervos, dentro dos museus históricos, sugerem determinados entendimentos sobre a sociedade, a partir do modo como são selecionados e apresentados. Quais acervos são incorporados e quais são descartados? Dentro do conjunto preservado, o que é valorizado e exposto e o que permanece anos a fio guardado em reservas técnicas, à boa distância do público visitante? Pode-se dizer que quem organiza um acervo propõe certas maneiras de aproximação em relação a esse acervo, sugerindo que se tenha mais atenção aqui ou ali, por exemplo, quando descreve o seu conteúdo e dá ênfase a determinados eventos e personagens e não a outros. Organizar um acervo é uma forma de atribuir valor, uma forma de atribuir valor no campo da memória.¹

Obviamente, a formação de um acervo pode acontecer também de maneira politicamente *ingênua*, não estratégica, a partir de escolhas que têm a ver com interpretações sobre o mundo social ou com oportunidades eventuais e diversas, sem que se tenha em consideração a ideia de uma estratégia prévia ou objetivos políticos. Mas, por outro lado, formar um acervo pode

¹ O assunto é discutido, por exemplo, por Luciana Quillet Heymann (1997).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

sim envolver esforços na direção de consolidar, por meio desse acervo, um determinado sentido para a sociedade, o sentido que se deseja ver fortalecido na sociedade.²

Nesse sentido, parece-nos importante observar quais tipos de acervos constituem os museus de História públicos brasileiros, identificando o que está sendo valorizado como representação da trajetória histórica nacional. Ou seja, observar, criticamente, o processo de constituição e de uso dos testemunhos culturais preservados nesses museus, os produtos, ações e experiências sociais selecionados como elementos da representação simbólica e museológica da História do Brasil. Quais relações entre passado e futuro foram e são valorizadas a partir da formação desses acervos museológicos? Quais *passados* são incorporados e quais são descartados? Que memórias/esquecimentos são produzidos? Quais fazeres são constituídos e valorizados como patrimônio cultural? Ou ainda, conforme aborda Eliana de Freitas Dutra (2013), quais as relações que se estabelecem entre a História, o tempo e a memória a partir dos acervos preservados nos museus de História brasileiros?

São múltiplos e diferenciados os modelos de museus, o que é objeto privilegiado da reflexão de autores como Regina Abreu (1995), Françoise Choay (2001), Ulpiano Bezerra de Meneses (2002), entre outros. Há museus celebrativos e glorificadores de grandes personagens, com pretendida função civilizatória e que de modo geral romantiza a História, afirmando-se como um instrumento de poder das elites. Outros museus seguem com prioridade o padrão de explorar ao máximo a exuberância e os estímulos sensoriais, guiados sobretudo pelo sentido do entretenimento. Há também os museus comprometidos em primeiro lugar com os interesses do mercado, mesmo que em prejuízo de suas especificidades e função social. Ou ainda, entre tantas variantes, a vertente hoje fortalecida no debate museológico a partir do que se convencionou chamar de Nova Museologia, propondo que os museus são uma *força* no campo da memória e para a afirmação da identidade e da autoestima da diversidade dos grupos sociais. O suposto é que a circulação de diferentes saberes e memórias é uma importante referência para a construção da identidade cultural de uma sociedade, de modo que os museus, longe de existirem para reforçar o *status quo* social, devem se abrir para a multiplicidade étnica e cultural, emancipadora do social, presente na formação das sociedades. Basicamente, a ideia é que o patrimônio cultural é sempre uma construção mais democrática quando resultado de um processo de construção coletiva de memórias. Ou seja, conduzir os museus por meio de práticas cidadãs envolveria necessariamente o

² No livro “Correio Político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)” (VERSIANI, 2014), tive a oportunidade de desenvolver esse tema, procurando mostrar que uma coleção preservada no Museu da República, a Coleção Memória da Constituinte, foi um projeto, uma ideia, antes de ser uma coleção museológica: o projeto de construção de uma identidade democrática para o Brasil, realizado ao longo da segunda metade dos anos 1980, quando se tentava superar a ditadura imposta no país com o golpe de 1964.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

reconhecimento da pluralidade de experiências que conformam a sociedade. Nesse sentido, por exemplo, a representação museológica deveria reiterar que qualquer comunidade imaginada de grandes personagens da História do Brasil existe necessariamente ao lado de toda uma comunidade de invisíveis. E reconhecer ambas as comunidades como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro é fundamental para o conhecimento dessa sociedade.

Em outras palavras, os acervos preservados em museus de História devem ser representativos das múltiplas maneiras como o passado e o presente interagem na conformação do mundo social, reconhecendo-se a pluralidade das representações que nos ajudam a *ver*, *conhecer* e *construir* esse mundo. Somente a multiplicidade de experiências sociais pode auxiliar a constituição de uma representação museológica expressiva.³

Jacques Le Goff (1990) trouxe importante contribuição para esse debate ao desenvolver o conceito de *monumento/documento*. O autor destaca a intencionalidade que existe implícita no documento que se torna monumento, por estar articulado necessariamente a determinadas forças políticas da sociedade, disputando espaço na memória coletiva. O entendimento é que todo acervo deve ser compreendido como um trabalho de construção de memória de grupos ou indivíduos, entre tantas outras memórias sempre passíveis de serem construídas. Nessa perspectiva, ganha relevo a documentação produzida por *homens comuns* e não apenas pelos *grandes homens*, justificando procedimentos de preservação e de valorização de seus produtores, de tal modo que os *homens comuns*, com suas memórias e documentos, entram para a História.

Outro conceito interessante, em torno do debate sobre a representação museológica, é o de *imaginação social*, conforme apresentado por Bronislaw Baczko (1985). O autor desenvolve a ideia de que a imaginação é carregada de simbolismo e tem múltiplas funções na vida social, particularmente uma função estratégica relacionada ao exercício do poder político. Dentro dessa perspectiva, um sistema de representações é um poder simbólico, que sempre poderá valorizar, reforçar e legitimar determinada ordem social e política, exaltando-a por meio de representações. As ações humanas são, em larga medida, vulneráveis e influenciadas por essas representações, que operam para a interiorização e o reconhecimento pelos indivíduos da ordem social e política representada. Assim, a percepção é a de que os sistemas de representação influenciam os comportamentos individuais e coletivos, à medida que oferecem ao imaginário social um sentido de orientação para o viver em sociedade.

³ Obra interessante sobre esse novo momento do pensamento museológico é o livro “Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção” (GOMES; VIEIRA NETO, 2009).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

Dentro dessa perspectiva, é interessante analisar os símbolos e representações que os museus de História reúnem e preservam para expressar sentidos da História do Brasil no plano do imaginário social. Que imagem do Brasil é sugerida a partir dos acervos preservados nessas instituições? Como a memória dos diversos grupos sociais brasileiros estabelece os seus marcos nos acervos nelas preservados? Há lugar, nos museus de História brasileiros, para o entendimento de que a diversidade é o mais valioso patrimônio cultural do país?

A questão está relacionada com o fato de que os museus históricos públicos no Brasil têm importante papel como instrumento de intervenção social. Cada museu de História pode ser um projeto de emancipação e de inserção social dos indivíduos, se não reproduz, em seu interior, lógicas de privilégios presentes na sociedade mais ampla. Nesse sentido, o esforço de dotar os museus históricos públicos de acervos expressivos da multiplicidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira tem relação com o esforço de dotar os brasileiros socialmente desfavorecidos daqueles recursos (políticos, sociais e econômicos) necessários à plena apropriação dos seus direitos de cidadania. Isto porque, como propõe Axel Honneth (2003), o significado profundo da universalização de direitos não remete apenas a questões de ordem material, mas também ao fato de que parcelas da população são marginalizadas, desrespeitadas, esquecidas, não havendo sequer interesse na sua representação simbólica, antes sendo reiterada a suposta ideia de sua *desimportância* social.

Ao lado da formação de acervos, a segunda questão específica tratada neste artigo diz respeito ao entendimento de que é uma finalidade dos museus históricos públicos refletir sobre o mundo social a partir do patrimônio cultural que preservam. Os acervos preservados em museus históricos, a princípio, devem auxiliar ao conhecimento sobre a sociedade em que foram produzidos e circularam. Os museus de História, para além de constituírem múltiplas funções, que envolvem desde o puro entretenimento, o prazer de ver e estar, a excitação dos sentidos, memórias, sentimentos, empatias e identidades, entre outras interações possíveis, são também espaços de produção de conhecimento sobre o mundo social, que têm no patrimônio cultural que preservam a sua fonte privilegiada de pesquisa histórica.

Esta é, pois, uma especificidade dos museus de História: pensar a sociedade a partir do patrimônio cultural preservado. Os acervos preservados nos museus históricos devem ajudar a pensar as sociedades, pensar e questionar o mundo social. A partir dos acervos, uma série de relações pode ser estabelecida, tocante à existência humana nos diversos momentos históricos em que tais acervos circularam até a sua incorporação a uma instituição museológica. Como sugere Rosana Dias do Nascimento (2002), o estudo de um acervo necessariamente alude a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

um conjunto de relações históricas – relações sociais, culturais, políticas e econômicas das sociedades –, que vão muito além dos aspectos visíveis e materiais do acervo.

Assim, os acervos ajudam a instruir sobre a sociedade. Eles são indícios de modos de viver em sociedade. Porém, é importante enfatizar, que tais modos de viver em sociedade não se apresentam de modo explícito nos acervos. Ou seja, os acervos não *falam por si*. Todo conhecimento histórico produzido com base nos acervos é uma narrativa sobre a realidade, de modo que são as narrativas históricas que *falam* e não os acervos que *falam*. Portanto, a percepção sensorial não deve ser tomada como instrumento exaustivo de todo conhecimento histórico relacionado com os acervos. Nas palavras de Néstor García Canclini (1994: p. 113):

Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz falar as coisas, mas fala de e sobre elas. [...] O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca.

Assim, cabe aos museus históricos públicos não só exibir os acervos que preservam, mas também produzir uma narrativa histórica sobre eles, dando sentido à relação entre os acervos e as sociedades – para o que o exercício da análise histórica é chave.

A essa altura, evidencia-se, então, que as equipes de trabalho nos museus históricos devem incluir profissionais metodologicamente instrumentalizados para o exercício de contextualizar o acervo preservado. É preciso incorporar a análise histórica ao trabalho com esses acervos, cuidando de sua inserção social.

Gilberto Freyre (1979, p. 31) já alertava: “Dizer museu de um tipo novo é dizer pesquisa”. Mario Chagas (1990; 2002), por sua vez, argumenta que a pesquisa *nos* museus e *sobre* os museus, tomada como produção de conhecimento científico, não é um fazer exclusivo do mundo universitário, mas sim um fazer também próprio aos museus. Especificamente em relação à organização de exposições – atividade finalística das instituições museológicas –, Chagas lembra que a área de pesquisa histórica nos museus não deve se restringir a realizar pesquisas *para* exposições, devendo também desenvolver projetos independentes, que possam inclusive servir de inspiração para novas exposições. Na mesma linha, Ulpiano Bezerra de Meneses (1994; 2002) sugere que os museus são instrumentos do conhecimento científico, que transformam objetos preservados em documentos históricos. Segundo o autor, não é possível falar de conhecimento em museus sem se voltar para a pesquisa. Maria Célia T. Moura Santos (2001, p. 25), concordando que a atividade de pesquisa histórica condiciona o conhecimento construído nos museus, afirma: “Não se trata da pesquisa que se esgota na mera

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

descrição e análise dos objetos. A pesquisa alimenta todas as ações museológicas, em processo”. Entre tantas outras contribuições que poderiam aqui ser referenciadas, Francisco Régis Lopes Ramos (2004) trabalha com a noção de “objetos geradores” para alertar que os objetos-acervos, preservados em museus, constituem a ponta de uma reflexão sobre a vida social.

Potencializar os acervos museológicos como fonte para a produção do conhecimento histórico exige que os museus constituam espaços estruturados para a reflexão histórica continuada, reconhecendo a relevância de explorar as relações entre os acervos que preservam e o mundo social. Sob nenhuma hipótese, tais museus estão desobrigados de atuar no campo da pesquisa histórica e da produção de conhecimento, sendo mesmo um propósito da preservação de acervos, nesses museus, realizar e fomentar, a partir dos acervos, reflexões sobre os problemas sociais.

Decerto, isso não quer dizer que os museus tenham como finalidade exclusiva a produção de conhecimento, mas sim que eles operam com elementos que devem ser trabalhados também com vistas à produção de conhecimento.

Todos os bens culturais são produzidos no tempo e no espaço. Não existe bem cultural fora do tempo e do espaço. Desse modo, o trabalho com bens culturais musealizados não pode pretender desconectar tais bens do seu tempo e do seu espaço, ou de suas circunstâncias históricas. Todo procedimento dentro dos museus históricos deve ter em conta que os acervos não existem descontextualizados. E o exercício da contextualização histórica dos acervos exige esforços no sentido de observá-los não somente tendo em conta o que se vê a partir do exame de seus aspectos de origem, físicos e estéticos – procedência, volume, suportes documentais, autoria, data de produção etc. –, aspectos estes que estão longe de esgotar o que se compreende como trabalho de pesquisa histórica sobre eles. Outras informações devem ser também levantadas e analisadas, ao lado de estudos sobre os fatos e processos históricos que podem constituir o campo de problemas desses acervos. Contextualizar os acervos envolve o esforço de compreender os seus usos e significados até a sua transformação em patrimônio cultural musealizado, esforço que auxilia inclusive para a compreensão do *por que* esses acervos foram alçados à condição de patrimônio cultural musealizado e quais escolhas políticas sustentaram a sua preservação em museus.

Registre-se ainda que, nos estudos de acervos museológicos, é imperativo o esforço de tentar fugir das análises anacrônicas e etnocêntricas, sobre o que Le Goff (1990) e Sabrina Loriga (2009) são, a nosso ver, particularmente orientadores. Os autores discutem que as ações/criações dos indivíduos estão informadas pelos códigos culturais e experiências de vida

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

desses mesmos indivíduos. Ou seja, no momento de interpretação dos acervos, é importante evitar que determinados pontos de vista e pré-julgamentos sobreponham-se, antes atentando-se para a pluralidade dos sentidos sociais que um acervo pode ter, dependendo de como ele seja contextualizado. Isto, naturalmente, dentro dos limites possíveis da atenção crítica, que nunca é isenta, já que toda experiência intelectual é construída pelo indivíduo que a realiza, no momento em que a realiza, estando referenciada por significados que são próprios a esse indivíduo e a sua realidade.

Outra importante contribuição para os estudos de acervos museológicos é a noção de *cultura política*, conforme apresentada por Daniel Cefaï (2001), sugerindo que a realidade cotidiana é construída e revelada pelas maneiras como os indivíduos se relacionam com o mundo, o percebem e o representam. Nessa perspectiva, as experiências humanas são tomadas como fenômenos de amplitude social, ou seja, como formas culturais compartilhadas no seio das sociedades. Assim, elas são tanto um fenômeno individual, interiorizado pelo indivíduo, quanto um fenômeno coletivo, partilhado por grupos que conjugam postulados e vivem experiências comuns, orientadoras de seus comportamentos.

Cefaï sublinha que são várias e diferenciadas as lógicas de convívio e de partilhamento social e político, envolvendo grupos distintos, com experiências e modos de pensar e agir igualmente distintos. O autor observa essas diferentes formas de sociabilidade política, não de maneira hierarquizada, como se fossem exemplos de maior capacidade ou incapacidade política, mas, sim, como formas conviventes e interagentes. A multiplicidade desses vetores de socialização política mostraria que os indivíduos não são impactados exclusivamente por uma única influência. Os impactos são vários, por vezes contraditórios, e seria a composição de influências diversas que acabaria por dar ao indivíduo uma *cultura política*.

A incorporação do conceito de cultura política, conforme desenvolvido por Cefaï, aos estudos de acervos pode iluminar a compreensão de que o espaço da experiência social e política é plural, heterogêneo e dinâmico, cabendo aos museus de História valorizar as complexidades e multiplicidades das vivências cotidianas, não só nas práticas de formação de acervos, mas também nas reflexões a partir deles, buscando sentidos expressivos e ricos de nossa vida social e política.

No presente artigo, buscamos iluminar alguns aspectos das inter-reações entre a prática da formação de acervos museológicos e a pesquisa histórica em museus, relacionando esses dois pólos com as possibilidades concretas desses museus assumirem o seu papel de produtores de conhecimento sobre o mundo social e darem respostas aos problemas sociais. Como escreveu Machado de Assis (1994: p. 116), em “Quincas Borba”: “As reflexões de parceria entre os

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

homens e as cousas compõem um dos mais interessantes fenômenos da terra”. Partilhamos essa opinião e esperamos, com este artigo, apontar que os museus de História são espaços privilegiados para o aprofundamento de tal parceria.

Nossa intenção, retomando a expressão de Francisco Régis Lopes Ramos, é ressaltar a importância dos acervos museológicos como “objetos geradores” de conhecimento histórico e também a importância de compreender os museus de História como lugares de intervenção social. Os museus de História, bem como o amplo campo da cultura em que se inserem, são poderosos e estratégicos instrumentos de integração cidadã.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ABREU, Regina. O paradigma evolucionista e o Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 27, p. 7-17, 1995.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994 [1 ed. 1891]

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. vol.5.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 94-115, 1994.

CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: _____. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001. p. 93-135.

CHAGAS, Mario. A pesquisa ampliando a possibilidade de comunicação no museu-casa. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 69-95.

CHAGAS, Mario. O objeto de pesquisa no caso dos museus. *Ciência em museus*. Vol. 2, Belém, out. 1990, p. 41-45.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUTRA, Eliana de Freitas. A memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. *Revista USP*, n. 98, p. 69-86, junho/julho/agosto 2013.

FREYRE, Gilberto. *Ciência do Homem e Museologia: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo. *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção*. Fortaleza: Secult, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: CHUVA, Márcia (Org.). *A invenção do patrimônio*. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995. p. 55-66.

HABWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro 2006. [1. ed. 1950]

HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

HUYSSSEN, Andréas. Resistência e memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p. 5-20.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 13-37.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Da arqueologia clássica ao patrimônio cultural: os sentidos da cultura material e seus desdobramentos*. São Paulo: USP, 2008.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A pesquisa no museu como produção de conhecimento original. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 17-48.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, vol. 2, 1994, p. 9-42.

NASCIMENTO, Rosana Dias do. A historicidade na documentação museológica. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: Pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 49-59.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da História*. Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. [Seuil, 2000]

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 93-101.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu e educação: conceitos e métodos*. Artigo extraído do texto produzido para aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do Simpósio Internacional Museu e Educação: conceitos e métodos, realizado no período de 20 a 25 de agosto de 2001. <http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf>

VERSIANI, Maria Helena. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.